



ESTADO DO PIAUÍ
Assembleia Legislativa

www.protocolo.pi.gov.br
AP.010.1.009620/17
Senha: 7D5F38E

AL-P-(SGM) Nº 556

Teresina (PI), 18 de outubro de 2017.

Senhor Governador,

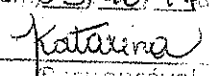
Tenho a satisfação de dirigir-me a Vossa Excelência para encaminhar-lhe, devidamente aprovado pelo Poder Legislativo, o anexo **Projeto de Lei** de autoria do **Poder Executivo** que:

“Altera a Lei nº 6.556, de 07 de julho de 2014, cria cargos de Auditor Fiscal Ambiental, Classe I, no quadro de pessoal da Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado do Piauí, e transforma cargos de Analista Pesquisador, Nível III, do quadro de cargos efetivos da Fundação Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais do Piauí – CEPRO, em Analista Pesquisador, Nível I”.

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência protestos de especial consideração e elevado apreço.

Dep.  **THEMÍSTOCLES FILHO**
Presidente

Excelentíssimo Senhor
JOSÉ WELLINGTON BARROSO DE ARAÚJO DIAS
Digníssimo Governador do Estado do Piauí
Palácio de Karnak
NESTA CAPITAL

SECRETARIA DO GOV. DO PIAUÍ
CEB em 25/10/17

Responsável



ESTADO DO PIAUÍ ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

PROJETO DE LEI Nº 32 DE 04 DE AGOSTO DE 2017.

APROVADO

Em, 17/10/2017

[Assinatura]

REDAÇÃO FINAL

Altera a Lei nº 6.556, de 07 de julho de 2014, cria cargos de Auditor Fiscal Ambiental, Classe I, no quadro de pessoal da Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado do Piauí, e transforma cargos de Analista Pesquisador, Nível III, do quadro de cargos efetivos da Fundação Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais do Piauí - CEPRO, em Analista Pesquisador, Nível I.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ, Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O art. 7º, da Lei nº 6.556, de 07 de julho de 2014, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 7º Além dos requisitos previstos no Estatuto dos Servidores Cíveis do Estado, para o provimento de cargo de Auditor Fiscal Ambiental será exigida formação superior em áreas correlatas às atribuições do cargo, especificadas por esta Lei, comprovada por diploma de curso de graduação em:

- I - Agronomia;
- II - Arqueologia;
- III - Arquitetura e Urbanismo;
- IV - Administração;
- V - Biologia;
- VI - Ciências Ambientais;
- VII - Direito;
- VIII - Engenharia Ambiental;
- IX - Engenharia Agrônômica;
- X - Engenharia Civil;
- XI - Engenharia de Minas;
- XII - Engenharia Florestal;
- XIII - Geofísica;
- XIV - Geografia;
- XV - Geologia;
- XVI - Geoprocessamento;
- XVII - Gestão Ambiental;
- XVIII - Medicina Veterinária;
- XIX - Oceanografia;
- XX - Química;
- XXI - Saneamento Ambiental;
- XXII - Sensoriamento Remoto;

[Assinatura]

[Assinatura]



ESTADO DO PIAUÍ

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

XXIII - Meio Ambiente;
XXIV - Zootecnia;
XXV - Biomedicina;
XXVI - Engenharia de Pesca;
XXVII - Bacharelado em Meteorologia;
XXVIII - Assistente Social.

§ 3º O concurso para provimento de vagas poderá especificar no Edital a quantidade de vagas por formação específica, observadas as descritas no **caput**, de acordo com a necessidade particular da SEMAR.” (NR)

Art. 2º Ficam criados 24 (vinte e quatro) cargos de Auditor Fiscal Ambiental, Classe I, no quadro de pessoal da Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado do Piauí.

Art. 3º Ficam transformados 10 (dez) cargos de Analista Pesquisador, Nível III, do quadro de cargos efetivos da Fundação Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais do Piauí - CEPRO, em Analista Pesquisador, Nível I.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, em Teresina (PI), 16 de outubro de 2017.

Dep. **THEMÍSTOCLES FILHO**
Presidente

Dep. **FLORATIZABEL**
1º Secretário

Dep. **RUBEM MARTINS**
2º Secretário

